CDU 625.003+625.711.3(469)
Obras Públicas
Economia
Auto-estradas
Portugal

DEPOIMENTOS

As obras públicas na economia do País

JOAQUIM SALGADO
Engenheiro Mecânico (I.S.T.)

As obras públicas, quer se trate do simples calcetamento de uma rua, da construção de uma estrada, de um grande ou pequeno edifício, da montagem de uma central eléctrica, da construção de uma barragem, de uma ponte, de um aeroporto, ou de um porto de mar, prestam sempre serviços relevantes à população melhorando o seu bem-estar, as suas facilidades de acção, e, por consequência a sua produtividade ou a sua capacidade para aumentar o P. N. B. (produto nacional bruto).

No progresso e desenvolvimento de uma nação, as obras públicas ocupam um lugar de verdadeiro destaque. O conjunto das obras públicas nos países industrializados é muito superior ao que encontramos nos que, e muitos eles são ainda, que estão em vias de desenvolvimento.

Graças às obras públicas que possuem em grande quantidade, os países da vanguarda podem fàcilmente diversificar a sua produção competindo com manifesta vantagem em muitos sectores de produtos manufacturados no mercado internacional. O desenvolvimento industrial dum país depende dos transportes, da energia, da mão-de-obra qualificada e da disposição para produzir, entre outras coisas. As obras públicas têm decisiva influência sobre todos estes factores.

Além de todas aquelas vantagens, e de muitas outras que, de momento não nos ocorrem, as obras públicas contribuem de forma decisiva para dar ocupação, com trabalho produtivo, a grandes contingentes de operários, de engenheiros, de arquitectos, e outros técnicos, de sociedades de empreiteiros, de fábricas de equipamentos, de máquinas e de motores, de materiais de construção e de acessórios, e também para aumentar a demanda de transportes, de energia, e de muitos outros serviços, além de aumentar a procura indirecta de todas as mercadorias, em geral, incentivando actividades económicas com elevado factor de multiplicação.

Nada serve para melhor demonstrar a importância económica das obras públicas do que o programa «New Deal» dos E. U. A. Em 1929 começou a maior crise económica de que há memória, consequência remota da Primeira Grande Guerra, e abalou a economia de todo o mundo civilizado, com forte incidência na América do Norte, onde o número de desempregados crescia diária e assustadoramente. Durante essa crise, Franklin D. Roosevelt, foi eleito Presidente dos E. U. A., logo pondo em execução o seu programa «New Deal». Pela primeira vez na história foram postas em prática, em grande escala as teorias de M. Keynes, que preconizava a intervenção do Estado no mercado económico para combater o desemprego e, de certo modo, fazer a planificação de investimentos.

Com um gigantesco programa de obras públicas algumas das quais, na época, eram consideradas quase

como irrealizáveis, foi possível em poucos anos equilibrar, não só a economia de um grande país, elemento de incontestável valor na vitória da I Guerra Mundial, mas a economia de todo o mundo civilizado, executando obras que elevaram o padrão de vida e o índice de produtividade de muitos milhões de pessoas.

As obras públicas cuidadosamente planeadas e criteriosamente administradas, foram a única arma capaz de vencer uma economia caótica de pós-guerra e levar as actividades económicas à produção coordenada de bens e serviços, e à tranquilidade. Não havia certamente outra forma de se atingir o objectivo.

Também no nosso País ao sector das obras públicas se deve uma verdadeira revolução na nossa técnica, que trouxe consigo uma sensível melhoria no ritmo de produção em todos os sectores básicos da economia nacional.

Está abundantemente provado que em Portugal existem excelentes técnicos, sendo prova evidente desta nossa afirmação a construção dos aproveitamentos hidroeléctricos na Metrópole e no Ultramar. Nesse campo da actividade nacional temos projectistas e empresas construtoras com mercado garantido. Essas sociedades têm demonstrado extraordinária capacidade tanto técnica como administrativa e têm executado as obras que lhes foram entregues com perfeição, rapidez e alto nível técnico, criando mesmo soluções inéditas, utilizando as mais modernas conquistas da ciência e da indústria. É digna de realce a administração eficiente dessas sociedades que têm executado obras notáveis baseadas em estudos e projectos cuidadosamente preparados, como por exemplo, a doca Alfredo da Silva, dos estaleiros da Lisnave.

Antes de continuar, e ainda vou a tempo, devo esclarecer que entendo por obras públicas não apenas as executadas para o Estado, ou entidade administrativa, mas todas as que se destinam a utilização colectiva pela população.

★

Não é razoável negar aos colegas portugueses oportunidades para fazerem os trabalhos de estudo e de projecto, chamando consultores estrangeiros, como se não houvesse já entidades consultoras nacionais, provadamente competentes para orientarem esses trabalhos.

Fomos sempre favoráveis a uma política de fronteiras abertas para a importação temporária de técnicos de comprovada competência, até mesmo sem a exigência da revalidação de diplomas ou da equivalência com as nossas escolas, actualmente em vigor, mas sem discriminação nem privilégios e sem importações maciças exactamente quando se nega aos técnicos nacionais condições adequadas de trabalho e remuneração condigna.

★

Na programação, algumas pessoas reduzem os assuntos a cifras num resumo global preliminar que só faz sentido depois de convenientemente desenvolvido e pormenorizado, nos diversos sectores. Os estudos pormenorizados de cada assunto são indispensáveis para os levar com segurança à fase executiva. Não é possível passar abruptamente de uma programação global, abstracta e numérica, para a fase executiva sem concluir os estudos preliminares, levando-os ao pormenor necessário para dar consistência e segurança às operações executivas.

Esses trabalhos profissionais básicos, esses cuidadosos estudos precisam de ser entregues a quem conheça a fundo os problemas do nosso país. Devem ser estimuladas e bem remuneradas as entidades que os executam.

★

A entidade que está em melhores condições para colaborar com os donos das obras no sentido de fazer com que as coisas corram bem é o consultor, cujos serviços profissionais podem ser contratados individualmente ou através da sociedade consultora. Numa posição neutra, esse profissional pode encarar com perfeita isenção moral e material tanto a posição do dono da obra como a do empreiteiro, e colaborar para que os trabalhos sejam bem executados, sem prejuízos, sem abandono de responsabilidades nem dos legítimos direitos das partes contratantes.

A função do consultor técnico felizmente hoje já existe no nosso País. Há actualmente um número suficiente de firmas nacionais capazes de exercer essa função tanto no estudo dos problemas, como na elaboração dos projectos e finalmente no acompanhamento da sua execução.

Utilizando criteriosamente consultores e empreiteiros podem-se executar em Portugal grandes programas de obras; as escolas técnicas tanto superiores como secundárias precisam de dar atenção a este problema, preparando técnicos que já saiam das escolas, não apenas capazes de calcular, mas também capazes de administrar, quer como engenheiros do Estado ou das Câmaras Municipais, quer como Consultores Técnicos.

Assim como as escolas técnicas, outras escolas precisam também de fazer com que os seus alunos compreendam estes problemas. Citaremos, como exemplo, as Escolas de Direito, num país em que os bacharéis dão cartas, os Estabelecimentos de Ensino de assuntos económicos e financeiros, cujos diplomados estão, e muito bem, ocupando as mais variadas situações e ainda a Escola Militar num país em que os militares com tanta frequência são chamados a ocupar funções de destaque nas actividades civis.

★

O dia 4 de Dezembro de 1972, em que foi assinado o contrato para a construção, em oito anos, de 346 km de auto-estradas merece ser considerado como uma data histórica.

Este contrato de construção, conservação e exploração de auto-estradas, com capitais particulares, representa para já uma grande fonte de trabalho para os portugueses, que desde já começarão a ser solicitados para participar segundo as suas possibilidades no empreendimento a que se pode bem aplicar o conceito de que «governar é construir» ■